



A QUESTÃO AMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL: elementos para o debate.

CARMONA, Rafael Garcia
UNINTER

RESUMO: Este trabalho visa apresentar elementos para discussão acerca do debate entre a questão ambiental no contexto do capital e o trabalho profissional do assistente social nesta área. Para isto, através de pesquisa bibliográfica, apresentamos o cenário contemporâneo da questão ambiental e também a particularidade do trabalho do assistente social. Desta maneira, o que se evidencia desafio de compreender a contribuição da profissão para o entendimento crítico do movimento do real. Uma aproximação acerca do trabalho profissional e a questão ambiental, deve considerar as variáveis relacionais para a conformação e enfrentamento qualificado às problemáticas ambientais, e apreender a realidade sob múltiplos olhares, descartando considerações monocausais e “a-históricas”.

PALAVRAS-CHAVE: questão ambiental. Trabalho profissional. Serviço Social



1. INTRODUÇÃO

Pretendemos nesse trabalho elementos constitutivos para analisarmos as possibilidades de intervenção profissional do assistente social no contexto da questão ambiental. Para isso, se faz necessário abordar alguns aspectos inerentes ao sistema vivenciado na atualidade, para que, da perspectiva da análise estrutural, possa-se lançar olhares sobre a realidade.

Este trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica que objetivou uma primeira aproximação com a temática, a fim de desvelar a análise de categorias explicativas da realidade social, que pudessem trazer subsídios para a compreensão da inserção profissional neste debate. Assim, a partir da perspectiva crítica, apresentamos discussão sobre a questão ambiental no contexto do capital e a sua relação com o trabalho profissional do assistente social.

2. QUESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO CAPITAL

Na contemporaneidade é possível identificar uma crise estrutural do capital, que tem destruído o trabalho e a natureza, gerando, assim, a chamada crise ambiental. Para Leff (2007), ela pode ser interpretada a partir de dois vieses: “[...] percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta [...]”, e, por outro lado, “[...] é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro [...]” (LEFF, 2007, p. 61).

A ânsia por lucratividade fez com que os capitalistas tomassem os recursos naturais na sua forma integral a ponto de não se preocupar com o seu desaparecimento. Para o autor, o segundo viés é o que mais explica a crise ambiental, pois está plenamente relacionado à expansão do modo de produção capitalista e sua sede por lucro.

Identificamos um conjunto de interpretações que justificam a crise ambiental, ora relacionando-a ao aumento populacional, ora ao modelo de industrialização associado ao consumo exacerbado e à extração dos recursos naturais, ora ao efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro em curto prazo. Silva (2012) complementa, indicando: que as tendências hegemônicas apontam como principais determinações da degradação ambiental: a) o aumento populacional, especialmente nos países periféricos, o que implica maior pressão sobre os recursos naturais; b) o modelo de industrialização impulsionado, sobretudo, a partir do século XVIII, baseado na utilização de tecnologias poluidoras e de alto consumo de energia; c) um padrão de consumo mais intenso e, portanto, cada vez mais predatório; e, d) um modo de vida



caucionado em uma visão de mundo antropocêntrico, de forma que desenvolvimento econômico, científico e tecnológico subordina as demais espécies vivas e promove a destruição em escala planetária. No que diz respeito à discussão sobre o aumento populacional, Silva (2010) destaca o Relatório “Limites do crescimento¹”, publicado em 1972 como um ponto central desse embate entre as interpretações que sinalizam as causas da crise socioambiental. O referido Relatório apontava a impossibilidade de um crescimento ilimitado num sistema que depende da existência de recursos naturais finitos.

Assim, Silva (2010) considera esse documento conservador e com inspiração neomalthusiana, sendo uma tentativa de enfrentar os problemas socioeconômicos, restringindo-os, porém, à questão da natalidade. Ou seja, ancorando-se no darwinismo social, foi concluído nesse Relatório que o crescimento populacional é o responsável pela ocorrência da miséria e pela depredação ambiental do planeta.

Com relação ao modelo de industrialização e ao consumo e extração dos recursos naturais, diferentes autores destacam que a Revolução Industrial, no século XVIII, gerou profundas alterações no ambiente natural devido ao crescimento econômico que promoveu. Durante o processo de crescimento econômico, os homens passaram a consumir mais, utilizar grandes quantidades de energia e de recursos naturais, configurando um quadro de degradação contínua do meio ambiente. A industrialização trouxe ainda alta concentração populacional, devido a urbanização acelerada, contaminação do ar, do solo, das águas, desflorestamento, doenças, dentre outros. Os novos mecanismos e formas de produção, acrescidos pela intensiva exploração dos recursos naturais trazidos pela Revolução Industrial, mantiveram-se sem contestação durante todo o século XIX e grande parte do século XX.

A lógica da acumulação capitalista e sua ânsia de lucro a qualquer preço, não importando se este seja cobrado da força de trabalho ou dos recursos naturais, gera os impactos ambientais, que repercutem na vida das pessoas e sobre o planeta. A partir desse viés, toda a produtividade no sistema capitalista não visa à satisfação das necessidades humanas, mas o lucro que faz girar o capital.

Como se pode perceber, os resquícios da exploração dos recursos naturais cobram um ônus dos humanos. Efeitos das tecnologias e do desenvolvimento desenfreado e desordenado do sistema capitalista estão gerando na natureza efeitos

¹ Documento elaborado pelo Clube de Roma que foi formado por cientistas de vários países, com a intenção precípua de estudar e propor soluções para os complexos problemas decorrentes da crescente pressão que a explosão demográfica no equilíbrio dos ecossistemas do planeta e sobre os recursos não-renováveis.



prejudiciais que respingam sobre os humanos, com maior impacto sobre aqueles que vivem oprimidos pela condição de pobreza. Um desses efeitos é o aquecimento global, como mostra Schons (2012, p. 71):

Vários estudos têm identificado que os que menos contribuíram e contribuem para o aquecimento global, os pobres, serão mais uma vez os mais afetados por ele porque não têm os recursos materiais e financeiros para se adaptarem e/ou se protegerem dos impactos que a mudança climática vem provocando. Estamos acumulando uma dívida ecológica e social global insustentável que, para além das populações em situação de pobreza do mundo, compromete as gerações futuras.

A classe mais afetada é, pois, a classe trabalhadora, uma vez que ela não consegue se defender disso como a classe burguesa. Basta olhar para as tragédias ambientais² ocorridas no Brasil nos últimos trinta anos. As pessoas em situação de pobreza são as mais afetadas, seja porque moram em lugares irregulares, insalubres e de risco entre outros, seja porque seus recursos não são suficientes para protegê-las dos desastres ambientais. Assim, entende-se que a crise ambiental “[...] expressa hoje na quantidade do lixo, na desmesurada poluição das águas, no empobrecimento do solo, na queima das florestas – manifesta-se, em especial, pelo aquecimento global, como sendo mais uma crise do próprio sistema capitalista” (SCHONS, 2012, p. 70). Para a autora, tanto a questão social, quanto a questão ambiental são frutos da mercantilização tanto do ser humano quanto dos recursos naturais. O capital explora todas as possibilidades de se gerar lucros.

Neste sentido, destacamos a atualidade da perspectiva marxiana e de muitas vertentes da tradição marxista para a análise acerca da questão ambiental, pois o método proposto nesse campo nos leva a compreender a totalidade das relações sociais e fornece uma concepção de homem, sociedade e da relação homem-mundo compatível com os posicionamentos éticos e políticos que adotamos na tese e em nosso exercício profissional e em nossa prática política. Karl Marx viveu numa época muito diferente da atual, em que não havia uma crise ambiental como hoje. Sua obra não contém um volume específico sobre o assunto, porém, em seu conjunto, o revolucionário ocupou-se da relação entre homem e natureza, com uma preocupação com a exploração dos recursos naturais. Percebe-se, assim, que Marx “[...] previu a

² Césio 137 - Goiânia/GO (1987), vazamento de óleo na Baía de Guarabara – Rio de Janeiro/RJ (2000), vazamento de óleo em Araucária/PR (2000), rompimento de barragem em Cataguases – MG (2003), rompimento da barragem de Miraf – MG (2007), Chuvas na região serrana do estado do Rio de Janeiro (2011), vazamento na Bacia de Campos – RJ (2011), incêndio na Ultracargo em Santos-SP (2015) e o recente rompimento da barragem em Mariana – MG (2015).



dimensão destrutiva do capitalismo, mesmo que, em determinadas partes, inclusive de sua obra principal, possa ser identificado um entusiasmo com a maquinaria e a sua crítica da técnica tenha sido direcionada principalmente ao seu uso” (ANDRIOLI, 2008, p. 19).

Foster (2005) retoma o conceito marxiano de metabolismo homem-natureza e salienta que, mediado pelo trabalho, o homem transforma a natureza e, nesse movimento, também se transforma. No entanto, ao mesmo tempo que se diferencia da natureza pelo trabalho, este, em vez de realizá-lo, o escraviza, ou seja, o trabalhador tornou-se alienado frente ao trabalho e em relação à natureza, como apresenta Marx (2010, p. 90,) ao enfatizar que em relação ao trabalhador, que se apropria da natureza por intermédio de seu trabalho, a apropriação aparece “[...] como estranhamento, a autoatividade como atividade para um outro e como atividade de um outro, a vitalidade como sacrifício da vida, a produção do objeto como perda do objeto para um poder estranho, para um homem estranho”. Desta forma, é pelo trabalho que o homem se diferencia da natureza, mas é nessa mesma relação que ele também se aliena, em especial no sistema capitalista.

Nesse sentido, Foster e Clark (2006) entendem que o capitalismo gera um conjunto de contradições ecológicas que, em escala planetária, colocam em perigo a biosfera em sua totalidade, ou seja, apreendem que a “crise ecológica” poderia levar a uma crise do sistema capitalista, assim, Mézaros (2007), chama a atenção que as “[...] ameaças à sobrevivência humana são uma questão de imediaticidade. Podemos hoje destruir facilmente a humanidade, pois os meios e armas para a sua destruição total já estão à nossa disposição” (MÉSZÁROS, 2007, p. 75).

Dessa forma, a crise ambiental tem origem e fundamento nos princípios de funcionamento do capitalismo e sua organização. Para os autores, a consequência disso parte da organização política e econômica dos países. Apesar da tentativa dos países em empreender um controle da exploração dos recursos naturais.

Diante disso, há outra perspectiva que defende que o enfrentamento da crise ambiental implica, necessariamente, a superação do modo de produção capitalista. Conforme sinaliza Löwy (2009), faz-se necessário elevar a consciência anticapitalista, fazendo entender que o capitalismo é um sistema que gera a destruição ambiental e social e que existem alternativas a ele. Nessa direção, Loureiro (2006, p. 11) afirma que a “solução” não se restringe à descoberta de tecnologias limpas, nem às mudanças comportamentais, mas é preciso uma “[...] reorganização da base civilizacional e da



estrutura política, econômica social e cultural vigente nas sociedades instituídas no período posterior à Revolução Industrial e no marco da modernidade capitalista”.

Outro fator a ser ressaltado é a centralidade dada a questão ambiental em seus aspectos físico em detrimento do social, o qual se expressa na naturalização da pobreza e “respostas tópicas às suas gravosas manifestações” (SILVA, 2010, p. 146).

3. SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO AMBIENTAL

Com base no exposto, destacamos que o Serviço Social vem contribuindo para as discussões e intervenções no âmbito da questão ambiental e concordamos com Silva (2012) quando esta afirma ser premente desenvolver esforços no sentido de apreender a temática como totalidade historicamente determinada. Ou seja, é extremamente pertinente aprofundar a relação entre questão ambiental e o Serviço Social.

Os assistentes sociais, conforme lembra Iamamoto (2009, p. 367), historicamente “[...] dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizando-se na linha de frente das relações entre população e instituição [...]. Embora esse seja ainda o perfil predominante, não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. [...]”. Assim, são chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais.

Neste sentido, o Serviço Social, é reconhecido como uma especialização do trabalho, parte das relações sociais que fundam a sociedade capitalista. Estas são, também, geradoras da questão social em suas dimensões objetivas e subjetivas (IAMAMOTO, 2009). O Serviço Social só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, “no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões” (YAZBEK, 2009, p. 126). Iamamoto (2001, p. 67) traz ainda que, o Serviço Social “[...] é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora”.

Superar as múltiplas contradições postas para a intervenção profissional do assistente social requer competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, além de uma rigorosa capacidade de mediação frente à correlação de forças existentes nas instituições que ainda teimam em não garantir direitos, e sim, perpetuar velhas práticas assistencialistas ou clientelistas.



Desta forma, a consolidação da profissão se dá a partir da divisão social do trabalho, que “supõe inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária” (IAMAMOTO, 1992, p. 88). Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, advém não somente o crescimento econômico, mas as contradições presentes nesse modo de produção, quais sejam, a propagação do capital, que traz com ela um quadro de fragilização das relações de trabalho, a competição acirrada entre as pessoas em busca de um lugar no mercado de trabalho, acentuada degradação ambiental, entre outras.

É neste contexto, em que se consolida a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada ‘questão social’, entre elas a questão ambiental, a qual se torna base de justificação desse tipo de profissional especializado “[...] é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 77). Em contrapartida, a expansão capitalista favorece a aliança da classe dominante com o Estado, fortalecendo a primeira e, ao mesmo tempo, enfraquecendo a organização da classe trabalhadora, especialmente no que se refere às suas lutas e reivindicações.

Ao se lançar o olhar sobre o trabalho realizado pelos assistentes sociais, deve-se analisar por meio das suas particularidades, o modo como os profissionais analisam as contradições constitutivas da realidade social e efetivam suas atividades. Assim, a este profissional “[...] remete à compreensão do espaço institucional, enquanto expressão das contradições sociais, [...]” (Silva e Silva, 1995, p. 190), bem como as implicações destas contradições nas condições objetivas de vida dos usuários que buscam no trabalho deste profissional as respostas às suas necessidades.

Assim, “as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas [...] a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 75). É perceptível o quanto essas relações estabelecidas no cotidiano profissional bem como o conhecimento associado a elas colaboram para o estabelecimento de uma cultura profissional, ora associada ao consenso, a minimização dos conflitos, ora associada à defesa de um projeto societário em consonância ao projeto ético-político.

Entende-se que a direção construída por uma profissão é fruto da sua organização coletiva e é assimilada de forma heterogênea a partir do modo como os



profissionais entendem e avaliam sua importância para a conformação do Serviço Social. A direção configura também a visibilidade, a consistência e a coerência teórica e argumentativa que o assistente social deve demonstrar quando realiza seu exercício profissional.

O exercício profissional do assistente social ocorre mediante a explicitação dos elementos e condições socialmente determinadas que lhe garantem identidade, visibilidade, concreticidade e impulsionam sua direção. Afirmar que a matéria-prima do trabalho do assistente social incide sobre as expressões da questão social e, fundamentalmente, sobre como elas são experienciadas, de forma singular, pelos usuários dos serviços prestados pelo assistente social é uma das formas de reconhecimento da perspectiva sociohistórica e da afirmação de que o Serviço Social é trabalho.

Nessa perspectiva, o Serviço Social busca questionar as interpretações fenomênicas da realidade, atuando como sujeito histórico, construtor da mesma, diferentemente de quem a especula e em seu trabalho consegue dar respostas profissionais, mobilizado pela relativa autonomia que possui enquanto trabalhador assalariado.

Desta forma, o grande desafio que se coloca é pensar o trabalho do assistente social no contexto da questão ambiental. Assim, é preciso compreender o trabalho como categoria fundante do ser social, construtor da sociabilidade humana e seu modo de ser na sociedade capitalista, como produção alienada. O trabalho, categoria fundante do ser social e centro da sociabilidade humana, como atividade resultante do dispêndio de forças físicas, que transforma a natureza em bens (materiais e imateriais) para satisfação de necessidades humanas, e como construtor da sociabilidade do ser social, permanece central na contemporaneidade, apesar das transformações do mundo do trabalho, advindo das respostas do próprio capital às suas crises.

Na sociabilidade do capital, o trabalho é o elemento fundante da geração da mais-valia gerada pela força de trabalho, tendo em vista o processo de sua acumulação. A venda da força de trabalho é a única forma de o trabalhador —livre obter, com seu labor, a satisfação de suas necessidades de reprodução biológica, configurando o que Marx (2004) denomina como ser no capital, no qual o homem satisfaz suas necessidades puramente biológicas, alienado de suas capacidades humano-genéricas, de seu próprio ser e de sua atividade.

No tocante ao exercício profissional, Torres (2014), destaca que o caminho e direcionamento pode ser o de assumir o objeto construído pela organização em que o



assistente social atua como dele mesmo, como pode ser construído a partir das determinações decorrentes da correlação de forças entre conjuntura, contexto institucional, demandas do usuário, demandas organizacionais e o projeto ético-político construído pelos profissionais.

É neste contexto que este trabalho destaca as problemáticas resultantes dos conflitos relacionados à gestão e à apropriação desigual dos bens ambientais que se configuram como expressões da questão social, o objeto de intervenção do Serviço Social.

Isto posto, é possível identificar que os aspectos centrais da questão social, relacionado à contradição capital *versus* trabalho, estão também ligados às manifestações da questão ambiental, sem a exploração do capital sobre a natureza e seus elementos, donde se expressam a degradação, a poluição, a caça e pesca proibida, o esgotamento e comprometimento do solo, água e ar, enfim, situações que demonstram o interesse exacerbado do capital pelo lucro, para que possa produzir e reproduzir-se.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes termos, o estudo coloca como desafio compreender trabalho do assistente social no contexto da questão ambiental, bem como sua contribuição enquanto profissão para o entendimento crítico do movimento do real, e faz-se decisivo à qualificação do exercício profissional neste campo.

A aproximação acerca do trabalho profissional e a questão ambiental, deve considerar as variáveis relacionais para a conformação e enfrentamento qualificado às problemáticas ambientais, e apreender a realidade sob múltiplos olhares, descartando considerações monocausais e “a-históricas”.

Assim, observa-se ainda a importância da construção de pesquisas e estudos nesta área, sobretudo com objetivo identificar e analisar o trabalho profissional do assistente social no contexto da questão ambiental, visando investigar os elementos constitutivos das respostas profissionais às demandas pertinentes a esta temática, no contexto do projeto ético político da profissão.

5. REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **A atualidade de Marx para o debate sobre tecnologia e meio ambiente**. In.: Revista Crítica Marxista. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2008.



CHESNAIS, François.; SERFATI, Claude. **“Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas**. Crítica Marxista, São Paulo, n. 16, 2003.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____, John. B.; CLARK, Brett. **Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo**. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Org.). Socialist Register 2004:

IAMAMOTO, Marilda. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda. V. & CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 1983.

LEFF, Enrique. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. Madrid: Siglo XXI, 1994.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MESZAROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHONS, Selma Maria. **A questão ambiental e a condição de pobreza**. In.: Revista Katálysis.v. 15, n. 1, jan./jun. Florianópolis, 2012.

SILVA, Maria. das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI**. In: ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. G. (Org.). Educação Ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na Gestão Pública do Meio Ambiente. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

TORRES, Mabel. **O trabalho socioeducativo desenvolvido pelo assistente social: concepções e atividades desenvolvidas**. In. Revista Libertas. V 14, nº2. Juiz de Fora, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.